

Médicos vão fazer testes periódicos para provar conhecimentos

Avaliação. Medida prevista no novo estatuto da Ordem dos Médicos deve ser inicialmente voluntária. Mas pode ser imposta em casos futuros

DIANA MENDES

Os médicos vão ser avaliados ao longo da carreira para garantir que continuam aptos a exercer medicina. Esta medida está prevista no novo estatuto da Ordem dos Médicos (OM) e permitirá fazer provas periódicas, por exemplo de cinco em cinco anos, aos profissionais em exercício, refere o bastonário José Manuel Silva, que fala em nome da segurança dos doentes. O modelo deverá ser inicialmente voluntário, mas haverá situações em que a Ordem o fará por sua iniciativa, nomeadamente em casos de maior risco ou em que haja afastamento há algum tempo da prática clínica.

José Manuel Silva diz ao DN que este será um dos novos poderes da Ordem, mas alerta que ainda vai ter de ser criado um regulamento. "Ain-

da não está decidida a forma como será feita a avaliação, mas a ideia é que seja periódica, por exemplo de cinco em cinco anos. A recertificação irá garantir que os médicos continuam aptos, sejam eles especialistas ou sem especialidade." O bastonário admite que inicialmente esta avaliação seja voluntária, "para que os médicos e os doentes se habituem a esta cultura. Os utentes irão acostumar-se a verificar se os médicos estão certificados".

A meta será "que todos se recertifiquem com o tempo". Mas admite a hipótese de o modelo deixar de ser voluntário ou, em alternativa, haver casos em que a Ordem "possa ser proativa. Se for exclusivamente voluntária, demoraria até se perceber onde estão os casos que precisam de ser detetados. É importante detetar as situações de extrema incompetência ou desatualização. A medida é essencialmente para esses."

Atualmente, depois de obterem o grau de especialistas, os clínicos deixam de estar obrigados a prestar este tipo de provas. Um exemplo de avaliação voluntária é a que permite aos médicos obter o grau de consultores e progredir na carreira. Nestes casos, José Manuel Silva admite que possa não ser necessária.

No entanto, a possibilidade não existe nas unidades privadas. A recertificação até pode passar por "entender o modelo das carreiras públicas ao setor privado", com uma liderança da Ordem. "Esta vai ser uma exigência pela circulação de doentes, para os centros de referência, da sociedade e dos doentes, é um conceito mais básico de segurança do doente e a ordem já foi criticada por não o fazer."

Apesar de ainda não haver certezas, a Ordem acredita que será aos colégios que caberá essa análise, por especialidade. Perante uma presta-

ção negativa, pode ser feita uma avaliação mais aprofundada, ser dada hipótese de formação adicional e ser feita uma reavaliação. "Um médico pode estar um ano a recuperar conceitos e procedimentos. Eu, estando aqui há seis anos a exercer de forma limitada, podia ser submetido a isso também", exemplifica o bastonário. Só em casos extremos se preveem outros cenários que cessem a atividade a um profissional. "Eventualmente, podemos tomar uma decisão mais drástica em defesa dos doentes".

O estatuto da Ordem dos Médicos foi aprovado em julho pela Assembleia da República, à seme-

lha do que aconteceu com outras ordens. Além de algumas mudanças já anunciadas, como as relativas à orgânica da OM, cria uma série de conselhos consultivos, como o da prevenção do erro médico, política do medicamento ou cuidados continuados. Será ao Conselho Nacional para a Formação Profissional Contínua que irá competir a gestão da recertificação dos médicos e dar parecer sobre os assuntos relacionados com a formação profissional contínua, lê-se no documento.

Maria Merlinda, dirigente da Federação Nacional dos Médicos, levanta muitas dúvidas em relação a este tipo de medidas. "É sempre um assunto muito controverso e tudo depende da forma como as coisas são feitas, de quem avalia e do que se vai avaliar."

Não havendo ainda uma posição conjunta do sindicato, fala a título pessoal, defendendo outras alternativas a este tipo de recertificação. "Para já, há muitos médicos certificados por outros organismos, nomeadamente por sociedades de outros países. A Ordem não é o único organismo capaz de avaliar e por vezes os colégios da especialidade não funcionam como deviam."

A este conceito, que teme que possa ser uma forma de despromover o que há no setor público, contrapõe outro: a formação contínua. "Antes de uma avaliação, o médico devia fazer formação. Hoje existe pouca e é dispendiosa. Por isso sugiro que se reforce a formação e que depois a Ordem e as sociedades científicas avaliem."

Consciente de que esta avaliação será polémica e não aceite por todos, o bastonário avisa que não pretende limitar o acesso à profissão. "Uma das coisas de que me orgulho é de ter deixado as bases para um processo de recertificação. É uma exigência dos países ocidentais e da população. Esta medida é em defesa dos doentes."

Os estatutos aguardam agora promulgação pelo Presidente da República e a Ordem terá 180 dias para adaptar os regulamentos afetados. Apesar de esta avaliação entrar logo em vigor, poderá demorar cerca de um ano até o regulamento estar pronto.

47388

» Inscritos

Número de médicos na Ordem dos Médicos em 2014, dos quais 22 373 eram mulheres